

ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL: DA PRÁTICA HISTOGRÁFICA E SUAS POSSIBILIDADES TEÓRICAS

REGIONAL HISTORY STUDIES: OF HISTOGRAPHIC PRACTICE AND ITS THEORETICAL POSSIBILITIES

Vítor Mateus Viebrantz¹

Resumo: Os estudos de História regional ganharam espaço na historiografia (RECKZIEGEL, 1999; CUNHA, 2000). Com a ampliação da compreensão acerca do conceito região esses estudos trazem em sua proposta perceber os processos históricos a partir de outros campos de observação. Buscando construir uma região para a análise, a prática da História regional prevê o estabelecimento de critérios, os quais darão suporte teórico e metodológico para a compreensão dos processos de continuidades e descontinuidades que serão analisados. O artigo aborda elementos que contribuam para a compreensão da História regional através de uma abordagem qualitativa, estabelecendo uma discussão sobre suas definições, práticas e possibilidades. Busca problematizar a centralidade dos critérios e sua importância no recorte que será fundado para constituir a região, partindo dos estudos de Ana Reckziegel (1999), José Barros (2007) e Maria Carbonari (2009).

Palavras-chave: História regional; Historiografia; Região.

Abstract: The studies of Regional History gained space in the historiography (RECKZIEGEL, 1999), with the expansion of the understanding about the concept region, these studies bring in its proposal to perceive the historical processes from other fields of observation. Seeking to build a region for the analysis, the practice of regional history provides for the establishment of criteria, which will give theoretical and methodological support for the understanding of the processes of continuities and discontinuities that will be analyzed. The article discusses elements that contribute to the understanding of regional history through a qualitative approach, establishing a discussion about its definitions, practices and possibilities. It seeks to problematize the centrality of the criteria and their importance in the cut that will be founded to constitute the region, starting from the studies of Ana Reckziegel (1999), José Barros (2007) and Maria Carbonari (2009).

Keywords: Regional History; Historiography; Region.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Bolsista CAPES. E-mail: 171405@upf.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A expansão dos estudos sobre a História regional está incorrida nas discussões sobre as modalidades teóricas de análises historiográficas. Diante das demandas por explicações que fugissem das grandes sínteses, estruturais e fundamentadas pelo macro abordagens, as abordagens que propõem análises específicas e/ou particulares cresceram dentro da historiografia (REVEL, 2010). Desta forma, a História regional como prática historiográfica passou a se multiplicar, assim como os debates sobre suas concepções conceituais e possibilidades teóricas (RECKZIEGEL, 1999; CUNHA, 2000).

Nesse sentido, o artigo discute qualitativamente elementos acerca do conceito de História regional e sua prática, sistematizando suas possibilidades e discorrendo sobre a trajetória desta prática nas abordagens do nacional ao regional. Também problematiza a centralidade do estabelecimento de critérios e suas importâncias na delimitação de uma região histórica que será analisada.

A HISTÓRIA REGIONAL: CONCEPÇÕES E POSSIBILIDADES

A História regional como sua denominação sugere trata de uma modalidade historiográfica que ambiciona analisar, abordar e compreender as articulações de âmbito regional em recortes históricos e espaciais específicos. Conforme a historiadora Ana Reckziegel, que aponta que a multiplicação das abordagens referentes à História regional tem aberto caminho para o debate das concepções em relação ao que ela é, o que gera certa indefinição nas propostas principalmente em relação a confusão de conceber a História regional como “sinônimo de *menor* em relação às análises mais globais” (RECKZIEGEL, 1999, p. 15, grifo da autora).

Essa confusão é em certa medida de ordem discriminatória: por mal compreensão da proposta, entende-se que ao analisar um recorte regional está se inferiorizando o fôlego da interpretação e, desta forma, simplificando processos, mudanças e permanências a algo menor. Tratando desta questão, Jacques Revel, em um artigo sobre variações de escalas na historiografia indica a existência implícita e equivocada de uma “hierarquia de importância das realidades estudadas” (REVEL, 2010, p. 443), onde “os desafios maiores, os grandes processos, as evoluções profundas [...]” (REVEL, 2010, p. 443) seriam competência das abordagens globais e para as análises de outras escalas “os horizontes estreitos da ‘pequena História’[...]” (REVEL, 2010, p. 443). Essas percepções relacionadas as escalas indicadas pelo historiador francês indicam as variações de escalas e suas modalidades, discussões teóricas crescentes na historiografia principalmente a partir da década de 1980, principalmente frente ao esgotamento dos paradigmas totalizantes dos *Annales* e explicações estruturalistas (PETERSEN; LOVATO, 2013).

Nesse sentido, frente as discussões das diferentes escalas, a História regional “foi tomada como sinônimo de *menor*, caracterizada pela mera narração e descrição dos fatos, sem nenhuma

preocupação de ordem teórica e metodológica” (RECKZIEGEL, 1999, p. 15, grifo da autora). Ou seja, alguns teóricos acusam a História regional de um recorte espacial limitado e que a análise subtrai tal recorte das articulações com os demais espaços e, portanto, dos demais processos históricos, tornando-a uma análise “pequena”, sem conectar-se com grandes processos. Essa concepção equivocada vai de encontro com a hierarquização supra indicada por Revel em que a História regional seria/teria “horizonte teórico estreito” (2010).

Assim, no sentido de superar tal hierarquização em relação a História regional e suas implicações teóricas é imperativo trazer para o centro de elas o próprio conceito de região, que é nuclear nas propostas e nos encaminhamentos teóricos que serão adotados nas diferentes formas de abordar e compreender a região como um espaço em construção.

Falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas. A categoria região talvez seja uma das mais utilizadas na totalidade dos saberes, empregada por várias ciências e utilizada constantemente na mídia e pelo senso comum. Entretanto, é necessário entender seu significado atual (PAVIANI, 1992, p. 372).

Como o autor indica, a importância de conhecer os diversos encaminhamentos dados em relação ao conceito de região são fundamentais, pois em um estudo de História regional é essa opção teórica que dará um horizonte de compreensão sob o qual a análise da pesquisa debruçar-se-á.

Tratando da questão empírica, Cunha (2000) levanta que região está na “ordem do dia” das Ciências Humanas em conexão com globalização, relacionando assim esse processo à expansão da importância dos estudos regionais:

A globalização torna mais complexos os processos de regionalização e algumas alternativas e possibilidades do conceito de região passam pela consideração da região – enquanto fração do espaço geográfico catalizadora de determinadas relações e convenções - como um ator social fundamental na transformação de comunidades regionais e locais (CUNHA, 2000, p. 53).

Desta forma, com o avanço do processo de globalização seus sintomas demandam questões atinentes ao regional e suas conexões e/ou desconexões. Essa questão espacial, também é discutida por Cardoso (1998), que discorre sobre as propostas de abordar o espaço e implicações que tais discussões trazem a historiografia. Para ele, o tratamento das questões da “ideia de economia global” (CARDOSO, 1998, p. 7), também traz ao historiador e a historiadora trabalhar com novas perspectivas que tratem dessas relações do regional e seus desdobramentos dentro do processo de globalização. Ao final de sua análise, ele indica que:

Estamos muito longe da visão simplificadora de uma dialética globalização/“tribalização” (ou pulverização) do espaço e dos fluxos econômicos e tecnológicos, vista ideologicamente ao mesmo tempo como a “vitória do indivíduo” ou “a vitória do consumidor” - num retorno aos velhos mitos burgueses do indivíduo totalmente livre, transparente a si mesmo e informado. No conjunto, descartadas

as propostas pós-modernas mais delirantes, equivalentes a mais uma “desconstrução” - desta vez do espaço ou do território -, notamos existir ainda a plena vigência do paradigma dos espaços regionais complexos segundo recortes que obedeçam a lógicas e dimensões variáveis (CARDOSO, 1998, p. 22).

O processo de globalização traz em seu corolário as impressões das fragmentações das relações ao passo que estabelece necessidades de se conectar com as diferentes esferas do espaço-tempo que os indivíduos e as sociedades se relacionam. Como indica Cardoso (1998), mesmo diante dessa implicação as discussões sobre região permanecerão sob a experiência do científico como campo de observação e compreensão.

Desta forma, situar o conceito de região é fundamental para a abrangência das discussões.

Uma primeira constatação em relação ao conceito de região é sua ligação com a Geografia:

A geografia passou ser o campo privilegiado das discussões ao atribuir à região o *status* de um conceito-chave, produzindo a reflexão sistemática sobre o tema. Para os geógrafos, fundamentalmente, o conceito de *região* relaciona noção de espaço, à qual se agregam outros componentes” (RECKZIEGEL, 1999, p. 16, grifo da autora).

Nesse sentido, região torna-se uma categoria espacial, no sentido da ideia de região natural (RECKZIEGEL, 1999, p. 17), que sobrepõe os caracteres naturais como fundamentais para o estabelecimento de um recorte regional.

A noção de "região natural" cedo constituiu-se em outra das mais primordiais noções geográficas, e baseia-se francamente no papel desempenhado por certos elementos físicos na organização do espaço. Pode se considerar, neste caso, uma bacia hidrográfica, um conjunto afetado por um tipo de clima, ou uma montanha-e a partir deste ou daquele fato natural que assume uma centralidade na percepção ou análise é estabelecida em seguida uma rede de relações ou desdobramentos que terminam por definir o espaço. Exemplos clássicos de "regiões naturais" são as vastas e impenetráveis florestas que ainda resistem em muitas partes do globo às ações depredatórias do homem, ou a inóspita caatinga da qual a vida humana ocupa apenas os interstícios (BARROS, 2007, p. 100).

Assim, a constituição de uma região a partir da Geografia, vai levar em conta diretamente os aspectos físicos da Terra e os desdobramentos destes na organização do espaço em relação aos outros espaços.

Outra compreensão teórica em relação a definição do conceito de região é a ligada às concepções materialistas. Nelas o conceito de região encontra relação estreita com o desenvolvimento do processo capitalista.

Dessa maneira, aplica-se o binômio centro-periferia para explicar articulações ocorridas no âmbito regional, de forma que a região passa ser concebida como um produto de desigualdade socioespacial intrínseca ao desenvolvimento capitalista (RECKZIEGEL, 1999, p. 18).

Nesse sentido, a compreensão conceitual de região ao materialismo histórico encontrará nessas relações de desigualdade uma centralidade determinante. Para Chiaramonte, conceber região ligada apenas as estruturas relacionais econômicas são limitantes:

Parece-me que a impossibilidade de definir regiões econômicas como realidades historicamente vivas pode ter o efeito saudável de nos fazer perceber que isto não deve ser surpreendente, uma vez que ocorre justamente porque a economia não é uma "totalidade" com vida própria. Se analisarmos cuidadosamente a pretensão de estabelecer regiões econômicas como realidades estáveis, veremos que só poderíamos pressupor a possibilidade definir tais regiões econômicas se partirmos de dois pressupostos, ambos falsos: um, o de uma mecânica concepção da influência do econômico no conjunto da sociedade, segundo a qual os aspectos substanciais da economia, capazes de ser definidos sem intervenção de outros domínios da sociedade, determinam o resto dos fenômenos sociais. Outro, o da inexistência de relações significativas entre a economia e outros domínios da atividade humana, o que permitiria definir regiões econômicas, bem como outras regiões culturais, políticas ou o que quiser, todas sem necessidade de relação entre si (CHIARAMONTE, 2008, p. 5-6, tradução nossa).

A crítica do historiador vai no sentido de que a economia é apenas um dos elementos que compõe a realidade. Entender uma região apenas a partir das relações econômicas que ela estabelece internamente e com os demais âmbitos espaciais é excluir as demais dimensões da realidade social, política e/ou cultural. Assim, conforme indica, Ana Luiz Reckziegel (1999) as interpretações de linha teórica econômica e materialista acerca do conceito de região encontraram esgotamento e limitações.

As discussões no que diz respeito ao conceito de região ampliaram as possibilidades de outras dimensões serem partícipes dos entendimentos teóricos.

Com base nessa exposição, agregam-se outros elementos na definição de espaço e região, tais como o político e o cultural. Sendo o espaço interpretado como produto da ação humana, a região toma a acepção de um espaço vivido (RECKZIEGEL, 1999, p. 18).

A compreensão de região como um “espaço vivido” conforme indicado por Reckziegel (1999) viabilizaram a possibilidade de inserir outros elementos na conformação teórica do construto regional. Passaram integrar as possibilidades os âmbitos administrativos, político, social, cultural, o simbólico, ou seja, uma expansão na complexidade dos elementos que podem compor os fatores teóricos que são adotados para compreender região.

Tendo em vista essa expansão, conforme indica María Carbonari: “o conceito de região não envolve um termo estático e há múltiplas definições para ele” (CARBONARI, 2009, p. 18, tradução nossa). Essas múltiplas definições perpassam as contribuições marxistas para qual a noção de região está conectada aos processos capitalistas (RECKZIEGEL, 1999) e também aquelas que consideram o elemento social dentro do âmbito regional como articulador, bem como as questões políticas e culturais.

Nessa perspectiva expandida há o entendimento da região como espaço de experiência social onde se encadeiam as ações humanas, simbólicas e econômicas, dentro do recorte espacial estudado e suas relações com o âmbito nacional, global. E como indica Ana Reckziegel, considerando a amplitude do conceito de região: “ao aliar espaço e tempo, categorias fundamentais da geografia e da história, abrem-se novas possibilidades de análise” (1999, p. 19). Concebendo assim região como um conceito não estático e dinâmico, a produção historiográfica multiplica as compreensões sobre as relações estabelecidas entre o regional e o global, bem como àquelas específicas do recorte estudado.

Considerando essas possibilidades em torno do conceito de região e partindo de Ana Reckziegel (1999) e María Carbonari (2009) constatamos que a História regional não deve partir do pressuposto de analisar um espaço “menor”, como erroneamente associada à ideia de região, por ele mesmo. Deve sim buscar, estabelecendo critérios específicos, problematizar as relações existentes naquele espaço delimitado, trazendo as suas articulações com os processos globais, bem como as discontinuidades e especificidades.

Nesse sentido, é central o estabelecimento de critérios para definir o espaço regional que será o recorte para o estudo: é fundamental esclarecer e estabelecer a abordagem que será adotada em relação ao conceito de região. “A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas ou outras” (BARROS, 2005, p. 118). Isto é, a classificação deve partir e indicar se ocorrerá através de abordagens teóricas que levem em conta o econômico e/ou social, e/ou considerará através das concepções políticas ou mesmo através do entendimento de “região natural”.

Pierre Bourdieu, parafraseando Paul Bois, relembra que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a História” e que “nada há, nem mesmo as ‘paisagens’ ou nos ‘solos’, caro aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais” (BORDIEU, 2002, p. 115). E, ainda como José Barros indica:

A região é em todos os casos uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial. É preciso, portanto que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação (BARROS, 2005, p. 119).

Essa transparência teórica implicará indiciar a compreensão que ocorrerá do que será analisado e forma de relacionar ele com os demais processos históricos, já que o estabelecimento de critérios sustentáveis e coerentes em relação à região histórica que será construída, precisa evidenciar os objetivos e/ou intenções do recorte. Pierre Bourdieu (2002) abordando a questão do uso da identidade regional como interesse e interessada na luta pelas representações indica que:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias "étnicas" ou "regionais", como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso* (BORDIEU, 2002, p. 116, grifo do autor).

Como ele indica a definição de critérios dá-se através da construção, pelas representações optadas, dos interesses presentes seja das propriedades intelectuais ou de aquelas relacionadas com os categoremas práticos ligados ao senso comum. Assim, a região atenderá à um discurso performativo que procura fundamentar sua classificação nas diversas representações, concretas ou simbólicas, para indicar que a categoria regional estipulada é válida e legítima.

Ainda em relação aos critérios regionais, José Chiaramonte, indica que:

A gênese da preocupação com o regional se encontra nesse conceito geralmente não examinado criticamente – que tem duas notas dominantes: a de região como totalidade histórica com personalidade distinta e, ao mesmo tempo, como parte de outra totalidade maior, que seria a nação (CHIARAMONTE, 2008, p. 10, tradução nossa).

Nessa perspectiva o discurso em relação ao estabelecimento de uma região busca, como indicado pelo historiador, validar o interesse (prático ou intelectual) que está em jogo e também se relaciona com o arcabouço da conexão em relação ao total, seja no sentido de senti-lo parte integrante ou como personalidade rompente.

Susana Bandieri (2017) também indica esse elemento em relação a concepção da região recortada, para ela ocorre que os recortes buscam validar uma região ora como exemplo do nacional ora como uma “província”. Ao se referir a ideia de região como província ela indica que na historiografia Argentina, por exemplo, os estudos que buscavam o regional e seguiam esse tipo de discurso tinham uma performance de reafirmar uma identidade regional baseada na existência de uma autonomia, baseada principalmente nos critérios burocráticos da colonização espanhola. Todavia, como ela critica, a História regional não deve ter esse fim, mas deve entender o recorte regional com suas conexões e desconexões.

Maria Carbonari também critica essa intenção de congelar o regional, de transformá-lo em “hipótese do modelo e peça constituinte do todo, engrenagem do total” (CARBONARI, 2009, p. 32, tradução nossa). Para ela, o regional não deve pretender ser nem exemplo do geral e nem uma personalidade dele, mas sim um recorte que demonstre as diversas relações, estabelecidas dentro dos quadros estipulado pelos critérios do historiador e historiadora, percebendo a dialética presente nesse arcabouço: continuidades e discontinuidades, convergências e divergências.

Destarte, compreendemos a História regional através dos desígnios dos critérios classificatórios que trarão as diversas abordagens sobre região, bem como dos objetivos do discurso que se a História regional não é sobre o “tamanho” do espaço, do recorte, mas sim da complexidade da proposta da análise, nos contatos que a região pode passar como articulada e articuladora

TRAJETÓRIA E PRÁTICAS: HISTÓRIA REGIONAL

A História tradicional se consolidou no seio das discussões sobre o nacionalismo. Naquele momento, a História deveria contribuir para a constituição de um discurso oficial sobre a existência de um suposto passado comum a toda gente que compunha a nação. Para tanto, era preciso encontrar elementos unificadores, partindo principalmente dos que indicavam unidade, buscando suprimir as diferenças regionais e locais que constituíam os laços da nação que se estava procurando erigir e consolidar (HEINSFELD, 2013). Nesse sentido, a História tradicional baseava-se nos grandes indivíduos, heróis, fatos e episódios para condução, através desses eventos em comuns, de uma narrativa convergente a todos os indivíduos. Assim, o fio condutor dava-se no Estado, seus representantes centrais e nas relações centro-periferia, de maneira hierárquica e vertical: as regiões eram engrenagens de uma identidade inequívoca e congruente (PETERSEN; LOVATO, 2013).

Alvo de críticas por excluir possibilidades metodológicas, fontes e os indivíduos da História, a História tradicional foi marginalizada, principalmente a partir das propostas trazidas pela escola dos *Annales* e pelos paradigmas estruturais como o marxismo. Essas novas propostas traziam das ciências sociais a necessidade do estabelecimento de leis, baseadas nas apreensões sobre a totalidade. Ou seja, para significação de uma narrativa histórica era necessário compreender a dinâmica global, do todo, investigando como as instituições, o Estado e os fatores econômicos se ordenavam dentro da homogeneidade das relações (HEINSFELD, 2013; PETERSEN; LOVATO, 2013).

Com o incremento de novas modalidades, abordagens historiográficas e possibilidades metodológicas a discussão acerca da História regional ganhou espaço, principalmente a partir da década de 1980, com a crise geral dos paradigmas totalizantes. Esse esgotamento trata-se da relação supracitada conexa com a globalização e as demandas trazidas acerca das discussões sobre espaço: do específico, dos recortes micro, das espacialidades diferentes e das divergências nas relações entre os espaços e as instituições, Estado e o total (REVEL, 2010).

Começa-se pela tendência de mapear o particular, o específico, o marginal ou o desviante da história, aspecto que foi muito marcado de forma complementar pelos estudos regionais. As limitações da análise por região e a sua especificidade justificam-se pelos seguintes motivos: primeiramente, é uma estratégia de análise apropriada, ao passo que, até o século XVIII, a vida cotidiana foi muito mais assinalada pelo peso da região do que pela nação e influenciada por marcos referências mais amplas. O estudo regional possibilitaria um trabalho de pesquisa

artesanal pelo historiador, que se valeria de praticamente toda a documentação disponível. O estudo regional permite seguir a evolução de um grupo social a longo prazo, analisando-o em diferentes níveis estruturais: geográficos, demográficos, econômicos, sociais e, mais recentemente, também os ideológicos e mentais (DIHEL, 2004, p. 207).

Como indicado pelo historiador, a tendência da expansão de analisar, compreender e integrar o micro ao macro perpassaram também os estudos regionais e a sua expansão acerca do conceito de região. Permitindo assim que os estudos regionais dentro da historiografia trouxessem contribuições para novas fontes e campo de observação através das diversas formas de dimensionar região.

No Brasil, conforme indica Ana Reckziegel, os estudos regionais ganham espaço a partir principalmente da década de 1980, estando relacionados à insuficiência dos estudos totalizantes em atender questões particularizadas (1999). Neves (2008), aponta que a com o desenvolvimento dos processos de investigação histórica e da demanda pelo interesse regional, as discussões sobre História regional ganharam credibilidade entre os acadêmicos.

No Brasil, depois algumas discussões suscitadas por trabalhos apresentados em seminários, congressos e simpósios, a questão regional, de modo mais amplo e a história regional e local, mais especificamente, tornaram-se temas exclusivos de eventos. [...] Duas mesas-redondas, em julho de 1985, marcaram a definição do campo de conhecimento que ainda se apresentava como História Regional, como objeto de estudo no Brasil: “A Questão Regional é Relevante para as Ciências Sociais?”, realizada pelo Núcleo de Estudos Regionais e Centro de Memória da UNICAMP, na cidade de Águas Claras, em São Paulo, sob a coordenação de José Roberto do Amaral Lapa, que reuniu os textos apresentados em livro; e “História Regional”, promovida no XIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, na cidade de Curitiba, no Paraná, cujos textos que nortearam os debates também deram origem a um livro. A aceitação acadêmica e a qualificação metodológica da história regional e local, não decorreram, pois, do reconhecimento de eventuais méritos dos cronistas e eruditos locais, mas da instituição e subsequente generalização dos estudos pós-graduados em História, em todo o hemisfério ocidental, e da consequente evolução dos métodos da elaboração historiográfica (NEVES, 2008, p. 29).

Como indicado, as demandas provenientes dos debates acerca de espaço e suas implicações via processo de globalização, trouxeram para a “ordem do dia” a região e suas possibilidades teóricas dentro da historiografia nacional. Além disso, o surgimento de novos programas de pós-graduação em História, suscitaram novas questões que também desafiavam novos campos de observação.

É lícito mencionar que a instalação e o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em todo o país permitiram, pela primeira vez em algumas regiões, a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais. [...] Há que se considerar que as transformações recentes da história brasileira, que modificaram profundamente a organização espacial do país chamando a atenção para regiões até então pouco conhecidas, como a Norte e a Centro-Oeste, provocaram um reordenamento da relação entre as demais regiões brasileiras (RECKZIEGEL, 1999, p. 16).

Como a historiadora indica, além das novidades em relação às discussões sobre o conceito de região, a questão das demandas fomentadas por uma nova realidade urbana e político-social no Brasil, trazidas também pela presença de universidades nas diversas regiões nacionais, suscitaram melhor compreender as relações que essas estabelecem com o nacional e a própria compreensão das suas organizações regionais. Assim os estudos monográficos de investigação regional ganham lugar na historiografia nacional, com novas propostas para as narrativas oriundas do eixo Rio-São Paulo.

Como supra indicado, são essas alterações nos quadros sociais e políticos e nas demandas dentro da historiografia que viabilizam questionamentos e certo esgotamento das explicações totalizantes. Nesse sentido, novas modalidades dentro da historiografia procuram dar encaminhamentos para análises sob outros pontos de vista como por exemplo com as alterações nas escalas dos estudos e a própria História regional, que propondo critérios específicos estabelece uma análise partindo de um recorte consciente e intencional.

A História regional, mesmo não tratando de uma variação de escala, como os propostos na obra de Jaques Revel *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*², também oferece uma possibilidade de analisar sob critérios definidos espacialidades específicas e as diversas relações humanas que se dão sobre elas (NEVES, 2008). Esta prática historiográfica leva em conta o estabelecimento de uma sofisticação dos elementos que comporão a investigação e interpretação das fontes, para compor a partir deles um campo de observação.

Desta forma, partindo dos interesses e da problematização da pesquisa os estudos regionais buscam construir a existência de relações a partir dos diferentes níveis de uma determinada localidade/espço. Essa construção é o que faz a originalidade metodológica regional urgente. Percebendo esta abordagem enquanto campo de observação, o estudo regional não deverá buscar supervalorizar ou enaltecer a região. Nem mesmo fazê-la migalha, ou como indicado por Ana Reckziegel (1999) um espaço menor à ser estudado.

A intenção presente no estabelecimento de critérios que constituirão a existência de um quadro relacional a partir das diferentes variantes (político, econômico, social, cultural ou natural, ou mesmo todos) de uma possível região é que faz essa abordagem uma modalidade historiográfica específica e com fito específico. Trata-se de exatamente o que sua denominação indica: estabelecer uma análise no âmbito regional das relações humanas existentes e que possibilitam enxergar características, especificidades e arranjos, bem como semelhanças e continuidades com os demais espaços macro (nacional, global).

Interessa-nos falar nos territórios que o Historiador produz ao se apropriar dos discursos, das informações e dos resíduos que lhe chegam de uma determinada

² Cf. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

realidade vivida através daquilo que ele chama de “fontes primárias”. O historiador trabalha com territorialidades superpostas em sua operação historiográfica. Em seu esforço de apreensão historiográfica, ele deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época, mas a verdade é que – para além destas territorialidades históricas – ele deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica. O historiador não é apenas alguém que percebe os poderes e controles que os homens de determinada época estabeleciam sobre o espaço, ele mesmo é também criador de um território, na medida em que ao recortar um objeto de conhecimento estabelece um espaço de poder e de controle através do seu próprio discurso historiográfico (BARROS, 2005, p. 115).

Assim, em posse das diversas discussões acerca do conceito de região, que centrará um estudo regional, a problemática e os critérios serão definidos. A partir deles as fontes serão definidas e a operação historiográfica de constituir, caracterizar e representar a região dar-se-á. E com esse contorno (sublinhado) da região os elementos históricos das relações humanas se tornam participantes de um novo olhar, de uma nova compreensão e interpretação.

Com a operação historiográfica, os estatutos se transfiguram, os objetos se deslocam. É desta maneira que o historiador se apropria de um espaço que até então não lhe pertencia, constituindo-o finalmente em seu território – produto de determinados poderes estabelecidos não apenas por ele, mas também pela sociedade que fala através de seu discurso para muito além do próprio historiador que o enuncia. Estabelecer um recorte, enfim, é definir um ‘território historiográfico’ – um território a partir do qual o historiador, como ator sintagmático, viabiliza um determinado programa (BARROS, 2005, p. 127).

A construção de uma região pelo historiador traz um novo território dentro da historiografia, que será circunscrição do estudo das experiências humanas. Essa definição, como “discurso performativo” (BOURDIEU, 2002) atenderá os critérios previamente estabelecidos na pesquisa, no estabelecimento das relações com os demais espaços, destacando uma operação de análise específica de que o pesquisador será quem produz o “quebra-cabeças” e monta ele a partir das fontes e critérios que elegeu.

Outra questão importante nessa prática historiográfica regional é a necessidade de interpor a relação entre o regional que está se construindo e o nacional/global que se concatena. O estabelecer uma região não deve ser negar o nacional, o global, e o inverso também é verdade: deve haver uma relação saudável através das conexões: é nelas que as principais pistas teóricas-metodológicas se situam. É no relacionar, nas articulações e não na sobreposição que se inspiram os elementos que são adjetivos de uma identidade regional.

Conscientes das limitações destas histórias provinciais-regionais para alcançar níveis explicativos adequados, começamos então a nos perguntar sobre como construir uma história em termos mais compreensivos e matizados, que pudesse pôr em suspenso certas verdades recorrentes e não contrastadas da história nacional. Desta forma, procurava-se a forma de contribuir para uma história nacional de características ainda marcadamente centralistas e homogêneas, inscrevendo o objeto de estudo em contextos suficientemente amplos para lhes permitir conservar a sua especificidade

e dinâmica interna, tornando-o operacionalmente comparável com o conjunto nacional e internacional vigente. Sempre com a preocupação de reformular as análises sócio históricas em termos de processos, mas sem perder de vista o contexto sem o qual as visões restritas perdem significado, nos perguntávamos: como resgatar a riqueza da diversidade sem perder de vista a totalidade? (BANDIERI, 2017, p. 17, tradução nossa)

Susana Bandieri coloca em questão a operacionalidade das conexões e da necessidade de manter sintonizadas, em relação os elementos regionais abordados e a visão ligada a totalidade, ao macro. E essa inquirição é fundamental para os estudos regionais: “em síntese, não podemos propor um estudo regional sem que nos imponham ao mesmo tempo a interrogação sobre a natureza do conjunto em que se integra” (CHIARAMONTE, 2008, p. 13, tradução nossa). Isto é, ambos estudiosos estão indicando a importância de manter na análise a partir dos critérios regionais as conexões que fazem da região em construção também parte dos processos históricos do nacional, global, de outros tempos e espaços.

Tomada nesse conjunto, a região configura-se no espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global. [...] A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado (RECKZIEGEL, 1999, p. 19).

Como indicado pela historiadora, a região deve ser entendida nessa perspectiva interacional, onde são as fronteiras do que é característico regional e o que é parte circulatório da sociedade global que contribui na própria diferenciação. E diante dessas diferenças e semelhanças que se inter cruzam e se divergem, a região como um recorte a partir de critérios poderá ser entendida, em um fluxo não linear ou hierárquico (do esquema global para local), mas dos rearranjos e expressões das relações humanas.

Assim, “o que se pretende afirmar é que a história regional é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas” (RECKZIEGEL, 1999, p. 19). Nesse sentido, é que a proposta de compreender o passado humano a partir da constituição de um estudo regional permite, no recortar, uma análise que tonalize as manifestações específicas, caracterizantes de outras relações até então opacas pela generalização da totalidade.

A história regional [...] constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e

saberes em dimensões inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou de abrangências espaciais mais amplas (NEVES, 2008, p. 31).

Assim, com esses estudos, novas evidências dos processos históricos são dimensionadas e compreendidas. E, como Ana Reckziegel complementa: “o que se pretende afirmar é que a História regional é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas” (1999, p. 20). Logo, a intenção de um estudo regional não é apresentar uma versão destoante, de dissensão do conhecimento histórico ligado ao macro, mas oferecer um campo de observação menos homogeneizador, permitindo perceber outras tonalidades a partir de outros recortes e outras possibilidades de analisar.

Assim, ligada a trajetória das práticas historiográficas, a História regional tem ganho espaço nas discussões acadêmicas pela sua proposta de análise frente as possibilidades de critérios para definir um recorte espacial. Bem como, nessa empreitada essa região em construção torna-se o campo de análise das relações humanas ao longo do tempo. Investindo nas conexões entre a região e o macro, no sentido de perceber e compreender os laços e os rompimentos, que indiciarão a localidade regional, seus processos e transformações históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a História regional como uma modalidade historiográfica que tem se potencializado ao longo do final do século XX, com o processo de crise nos paradigmas totalizantes e estruturais, oriundas das novas questões trazidas via processo de globalização. Ainda assim, percebe-se que como campo de visão e análise sua proposta ainda possui discussões, sendo a principal confusão relacionada a associação de os estudos regionais debruçar-se sobre algo menor e por isto ser inferior.

Nesse sentido, os avanços nas discussões acerca de o conceito central dos estudos regionais que é região tem contribuído, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de critérios para a região que se recortará, para melhor compreensão das relações que uma possível região em análise possui em suas características, especificidades e nas suas conexões com o nacional, com a totalidade. Conforme o artigo analisou, o recorte regional requer que os critérios escolhidos sejam claros e fundamentados na dinâmica de observação que se busca fundar. É fundamental desta forma, compreender a centralidade dos critérios para que o estudo regional atinja legitimidade teórica e empírica dentro de uma pesquisa científica.

Assim, como prática historiográfica a História regional prevê a inserção de novas possibilidades de explicar experiências humanas e sociais dentro de outras propostas de observação. Bem como viabiliza dar tonalidades diferentes aos processos históricos macro em continuidades e

descontinuidades analisando um recorte espacial estabelecido através de critérios, permitindo novas interpretações e encaminhamentos.

REFERÊNCIAS

- BANDIERI, Susana. La historia en perspectiva regional: aportes conceptuales y avances empíricos. *Revista de Historia Americana y Argentina*. Mendoza (Argentina), v. 52, n. 1, p. 11-30, 2017.
- BARROS, José C. A. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 107-132, 2002.
- CARBONARI, Maria R. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2009.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 7-23, 1998
- CHIARAMONTE, José C. Sobre el uso historiográfico del concepto de región. *Estudios Sociales*. Santa Fé (Argentina), n. 35, ano 18, p. 7-21, 2008.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.
- DIEHL, Astor A. Territórios e paisagens do Movimento dos Annales. In: DIEHL, Astor A. *Cultura Historiográfica brasileira*. 2 ed. Passo Fundo: Editora UPF, p. 199-230, 2004.
- HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da História*. 2 ed. Passo Fundo/São Paulo: DigitalPublisich & Print Digital, 2013.
- NUNES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.1, n. 2, p. 25-36, abr.-out./2008.
- PAVIANI, Aldo. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro: AGETEO, v. 22, n. 43-44, p. 368-374, 1992.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2013.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História e região. Dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434- 444, set./dez., 2010.